
UMA CONTABILIDADE FAMILIAR ?

José Luiz Ferreira de Assis*

A entidade familiar possui um patrimônio, cuja administração permite um controle orçamentário-contábil. Deste orçamento resultará um plano-de-vida equilibrado e um programa de investimentos, garantia material de um futuro melhor. A Contabilidade Familiar traça um perfil para a economia doméstica.

Pode parecer esdrúxula a idéia de se fazer uma Contabilidade Familiar! O que vem a ser? Para que serve? É executável? Possui materialidade? Dentre os menos avisados, as indagações se sucedem, num misto de incredulidade e desconfiança, quanto à sua utilidade. Aqueles outros, que confiam no planejamento das atividades familiares através de um programa econômico-financeiro, por curiosidade, recebem-na com bonomia.

A nossa ciência não se aplica tão somente às organizações, mas a todos os empreendimentos humanos titulares de um patrimônio. A família, sobre constituir-se na célula social por excelência, é a detentora de um patrimônio, embora micro, cuja manutenção encerra um elenco de encargos e o trabalho de seus membros se constitui na fonte de recursos para a sua sustentação.

Há, pois, na administração da família, uma origem e uma aplicação de recursos e um patrimônio econômico resultante das poupanças conseguidas. O objeto da Contabilidade Familiar é, justamente, este patrimônio e suas variações, decorrentes da gestão familiar.

O planejamento econômico doméstico torna-se, então, indispensável, para organizar-se a gestão familiar. Quando este planejamento é bem estruturado, acompanhado e controlado, resulta viável para os objetivos colimados: dar sustentação à família e prover para o amanhã. No lar, deve haver uma conjugação de esforços, cada um de seus membros desempenhando uma tarefa sincronizada com as dos demais, em proveito de todos. Por isso, é uma família.

Mas, como fazer tal planejamento? Os chefes de família e as donas de casa o fazem empiricamente, por instinto de sobrevivência, até. Quanto menor for o "orçamento doméstico", mais indispensável se torna fazerem-se as contas do aluguel, do açougue, do armazém, do transporte, da escola, do remédio, cortando-se um lazer, um presente, aumentando-se o padeiro, naquela angústia de não transferir contas para o mês seguinte.

À medida em que os "orçamentos domésticos" se tornam mais "folgados", alimentados com recursos mais fartos ou com despesas que cessam, o valor marginal do poder de compra familiar faz nascer "verbas" mais complacentes para as despesas e sobram condições para o lazer, nascem os desejos e as possibilidades para os investimentos na casa própria, no carro novo, em eletrodomésticos mais sofisticados, etc.

Qualquer que seja o estágio do "orçamento doméstico", "apertado" ou "folgado", é necessária a elaboração do orçamento "planejamento-de-vida", como forma de controle e educação social e valorização dos recursos obtidos com o esforço do homem em seu trabalho e de suas reservas aplicadas em bens de produção ou de renda.

Para que tal orçamento plano-de-vida possa ser elaborado, mister se faz o prévio conhecimento dos condicionantes e a tendência sedimentada do padrão-de-vida do grupo familiar. Precisa-se de uma série histórica de dados, para conhecer-se essa tendência.

O ambiente econômico vivido pela família é fator importante para o estabelecimento do orça-

* Professor do Departamento de Ciências Contábeis da FACE/UFMG.

mento familiar. Num ambiente hiper-inflacionário, como vivemos até junho de 1994, o planejamento teria que levar em conta a instabilidade dos preços em alta e a política de indexação da renda familiar e comparar estes dados, a fim de se saber se acontecia, de fato, o crescimento real da economia doméstica.

Embora, em cifras, pudesse haver um ilusório crescimento, muitas vezes, na realidade, a família estava, economicamente, estacionária ou com perda real de riqueza, apontada pela redução do poder de compra de suas rendas.

Outra é a situação num ambiente econômico de inflação mais baixa, onde a renda da família se sujeita à lei do mercado. Neste caso, o planejamento pode ser mais consistente, ou seja: apresentar resultados deveras positivos, consoante a realidade econômica. Mas, nessa situação, é preciso ser mais cauteloso, pois, desindexados, rendimentos e encargos seguem leis próprias, muitas vezes conflitantes ou antagônicas (preços em alta e rendimentos congelados ou sob controle, como vivemos hoje).

Evidentemente, inexistente na administração do patrimônio familiar, a figura do lucro. Surge, entretanto, a questão do "superavit" ou do "déficit" das contas financeiras da economia doméstica. A Contabilidade Familiar tem por finalidade, então, apurar e demonstrar o equilíbrio entre os rendimentos e os gastos familiares.

Para apurar e demonstrar rendimentos e gastos familiares, deve a Contabilidade Familiar identificá-los. Assim, do lado dos rendimentos, enquadram-se as receitas do trabalho, dos investimentos das poupanças e outros ganhos eventuais.

A receita do trabalho engloba salário, honorários, direitos autorais, vale-transporte, vale-alimentação, diárias e ajudas-de-custo, gratificações, comissões, indenizações trabalhistas e demais rubricas próprias do desempenho da atividade profissional.

A receita dos investimentos de capital arrola os rendimentos das aplicações financeiras em caderneta de poupança, "commodities", recibos de depósito bancário, fundos de aplicações financeiras e outras similares; os aluguéis de bens

móveis ou imóveis e ganhos na alienação desses bens; dividendos e lucros distribuídos, ágios na venda de ações ou participações em empresas; as receitas agropecuárias, etc.

A receita eventual abrange rendimentos tais como: prêmios lotéricos ou de títulos de capitalização, indenizações de seguros, herança e outras não enquadráveis como rendimentos do trabalho ou de investimento de capital.

No lado das aplicações dos recursos obtidos pelo grupo familiar, há que se distinguirem os investimentos de capital dos gastos de manutenção e de subsistência do lar. Estes gastos configuram o custo do padrão-de-vida familiar e formam as "contas de custeio".

Já os investimentos de capital pressupõem, na sua maioria, prévia aplicação de reservas financeiras e, excepcionalmente, de ganhos no mercado de capitais ou no imobiliário. Decorrem, portanto e obviamente, de um orçamento superavitário. Acabam por formar o "patrimônio físico familiar" e, em alguns casos, se constituem em geradores de novas fontes de renda para a família.

As "contas de custeio" abrangem a subsistência familiar, os dispêndios com a manutenção patrimonial, os gastos com o exercício profissional e o ônus dos tributos sobre o patrimônio e rendimentos. Numa classificação bastante sintética dos encargos de manutenção familiar e de seu patrimônio, podemos ter os seguintes centros-de-custos:

- ⇒ Previdência e saúde (social ou privatizada)
- ⇒ Alimentação
- ⇒ Manutenção pessoal (vestuário, cama, mesa, higiene, transporte, educação, etc.)
- ⇒ Manutenção patrimonial (limpeza, conservação, reparos, manutenção dos bens patrimoniais, água, luz, aluguel, impostos, seguros, etc.)
- ⇒ Exercício profissional (material, aluguéis, impostos e contribuições, jornais e revistas técnicas, reprodução de documentos, telefone, etc.)
- ⇒ Impostos sobre rendimentos ou movimentação financeira (IRRF, IRPF, IOF, IPMF, por exemplo)

- ⇒ Encargos sociais (lazer, donativos, contribuições, presentes, correspondência, telefone, etc.)
- ⇒ Despesas eventuais (danos causados a terceiros, não cobertos por seguro, despesas financeiras, gastos com loterias, etc.)

Os investimentos de capital mais utilizados pelas pessoas físicas se alinham dentre os seguintes: aplicações em caderneta de poupança, consórcio para compra de bens, investimentos em ações e participações societárias, aplicações em bens imóveis, para uso e/ou para renda, aplicações em livros técnicos, aplicações em instrumentais profissionais (programas de informática, por exemplo), aplicação em bens móveis e instalações, aplicações em equipamentos profissionais ou de escritório, aplicações em bens e utensílios domésticos, aplicações em veículos, aplicações em imóveis para exploração de atividades de lazer ou para fins agropecuários, aplicações em quotas de clubes, etc.

A gestão econômica de uma família permite um planejamento, através da elaboração de um orçamento financeiro, desde que certos condicionantes estejam definidos:

- ⇒ padrão-de-vida-familiar
- ⇒ capacidade laborativa dos componentes familiares
- ⇒ faixa etária desses componentes, tendo em mira concentração em encargos com educação, saúde e previdência
- ⇒ projetos de investimentos, a curto ou a longo prazo, em casa própria, veículo, viagens, equipamentos e instrumentais profissionais, equipamentos e utensílios domésticos, etc.

Como exemplo, seja tomada uma família da classe média, integrada de cinco pessoas, das quais apenas o chefe assume o sustento e a administração financeira do lar. Dois filhos arcam com suas próprias despesas pessoais (vestuário, assistência médica e previdenciária, manutenção do veículo próprio), mas não integram a renda familiar. A família possui casa própria desonerada, automóvel e eletrodomésticos habituais em sua classe.

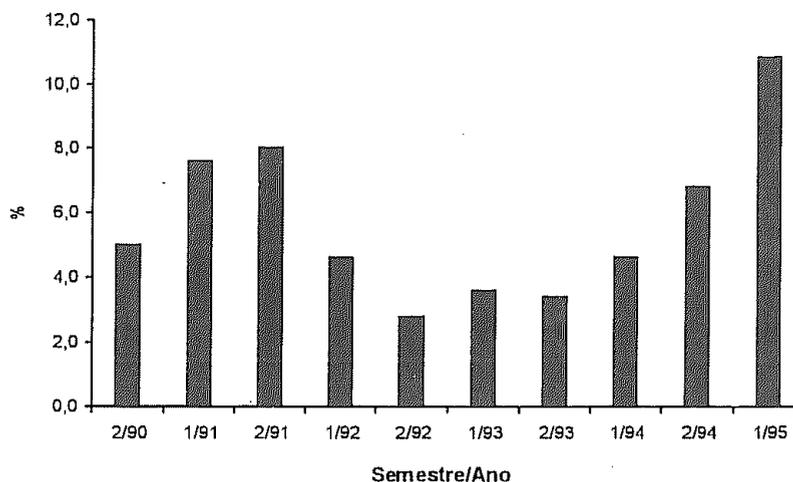
A série histórica dos encargos de subsistência e manutenção dessa família, levantada para o período que vai do segundo semestre de 1990 até o primeiro de 1995, inclusive, dados calculados em percentual da receita do respectivo semestre, permite as tabelas, gráficos e comentários a seguir.

EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS DE SUBSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO (Valores em percentuais sobre a Receita realizada)

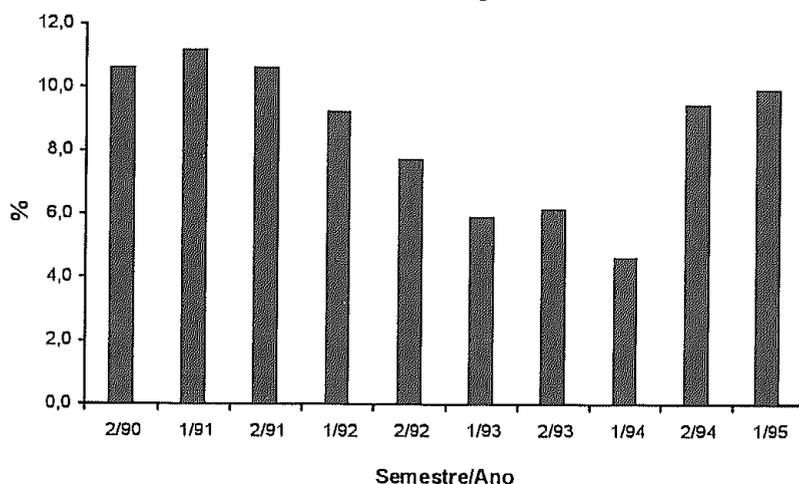
Especificação	2/90	1/91	2/91	1/92	2/92	1/93	2/93	1/94	2/94	1/95
Previdência e saúde	5,0	7,6	8,0	4,6	2,8	3,6	3,4	4,6	6,8	10,8
Alimentação	10,6	11,4	10,6	9,2	7,7	5,9	6,1	4,6	9,4	9,9
Manutenção pessoal	16,9	17,5	12,9	8,1	6,1	5,2	5,9	3,4	8,1	7,6
Manutenção patrimonial	4,1	8,0	6,3	5,9	4,1	3,8	5,6	2,4	5,4	5,7
Despesas profissionais	3,2	4,1	1,2	3,1	0,6	2,3	0,4	1,2	1,6	5,0
Tributos sobre rendimentos	14,6	13,6	8,0	8,9	16,3	19,2	5,5	5,5	8,9	13,6
Despesas sociais	10,2	2,7	2,3	2,3	2,5	4,2	3,7	1,6	4,3	5,4
Outras despesas	0,3	0,3	0,3	0,2	-	0,8	0,7	-	0,2	0,5
DESPEAS	64,9	65,2	49,6	42,3	40,1	45,0	31,3	23,3	44,7	58,5

Há uma clara tendência a aumento deste tipo de encargo, a partir de 2/93. A faixa etária e a higidez do casal podem ser motivantes. Reajustes dos prêmios de seguro e contribuições dos planos de saúde e previdência, também, podem ser motivantes.

Previdência e saúde



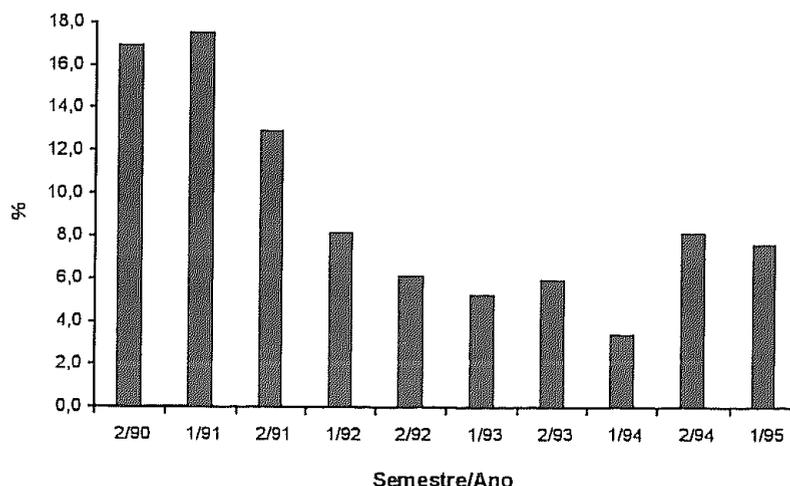
Alimentação



A partir de 2/91, vinha ocorrendo queda na participação da Alimentação. Com o Plano Real, surge uma tendência a aumento, talvez motivada, pela lei de preços do mercado e pela política salarial implantada. É bom frisar que o padrão de vida familiar não se alterou, substancialmente, no período enfocado.

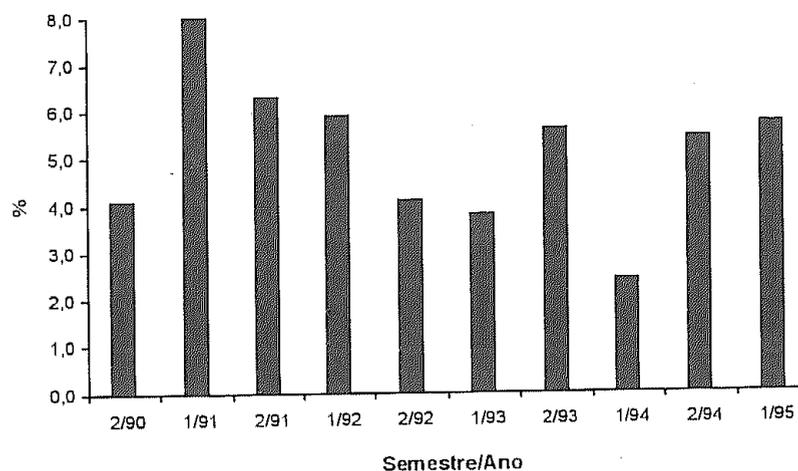
Nota-se que o comprometimento das Despesas de Manutenção Pessoal já foi bem mais acentuado e vinha decrescendo, na fase inflacionária. Começou a recuperar sua participação na receita, na fase do Plano Real.

Manutenção pessoal

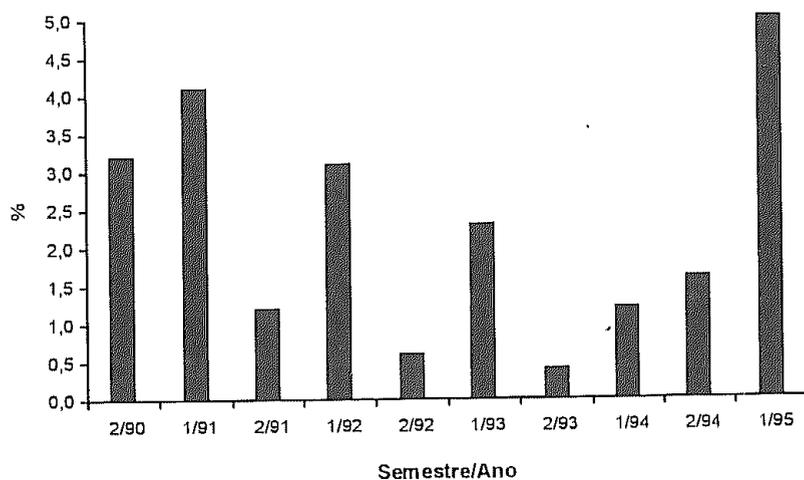


O gráfico mostra o desempenho não uniforme destes encargos. Não há uma tendência clara, o que é aceitável, visto ser um item sujeito a imprevistos.

Manutenção patrimonial



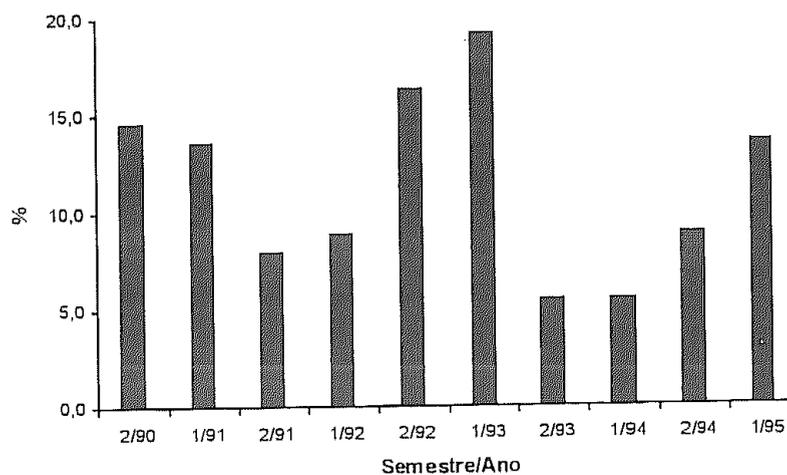
Despesas profissionais



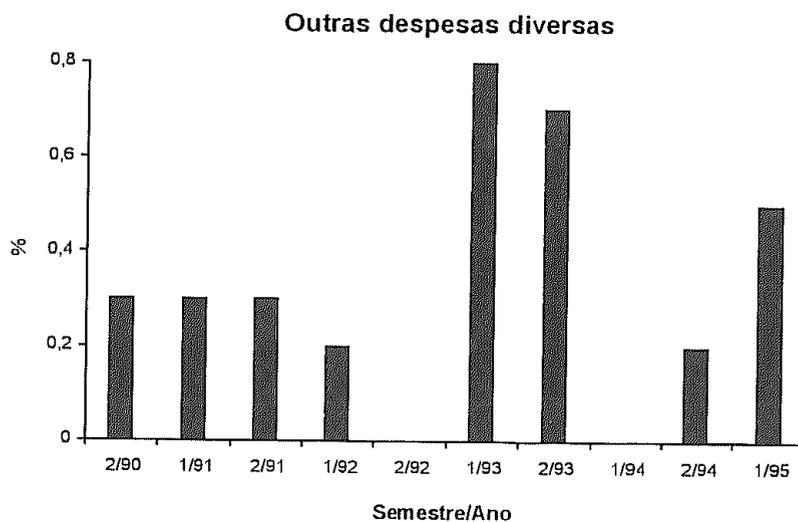
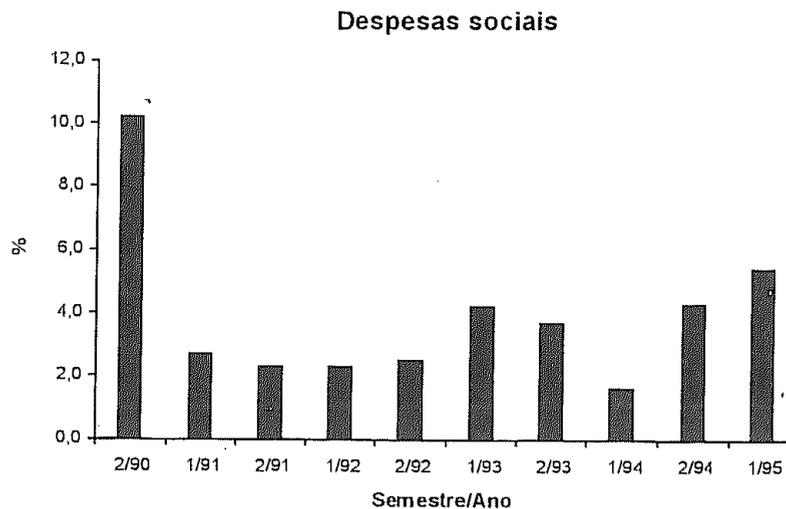
O gráfico revela que o primeiro semestre tem sido característico, época em que ocorrem os maiores gastos deste tipo de despesa.

Os impostos sobre rendimentos guardam relatividade com a receita.

Tributos sobre rendimentos



O gráfico mostra um comportamento aleatório. Há uma tendência para crescimento, na atual conjuntura econômica. Mas, com seu ônus baixo no contexto geral, provavelmente nada há que ser repensado. Aguarda-se o comportamento futuro, para decidir sobre as medidas a tomar.



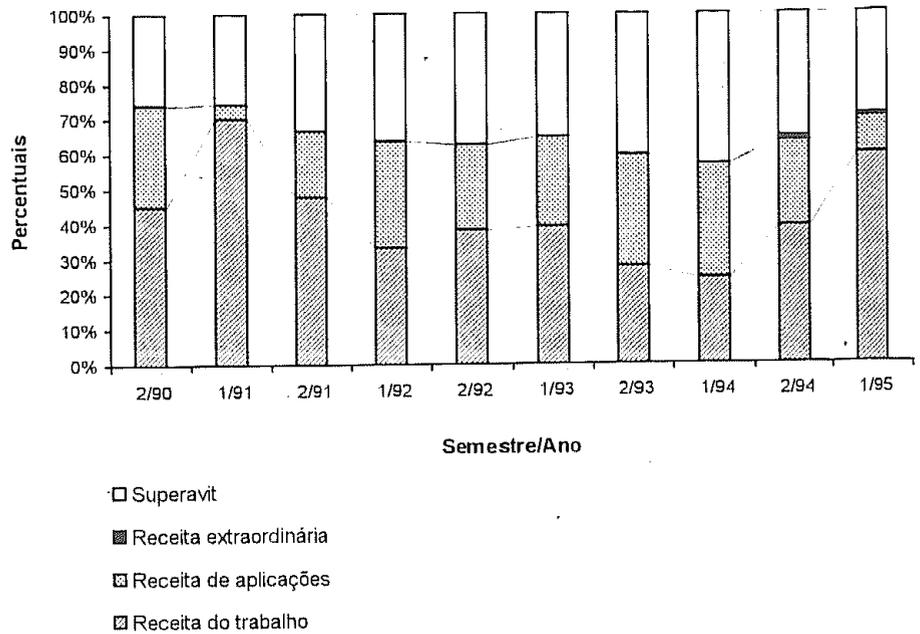
O gráfico mostra a pouca materialidade no contexto e irregular desempenho das Despesas Diversas.

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA

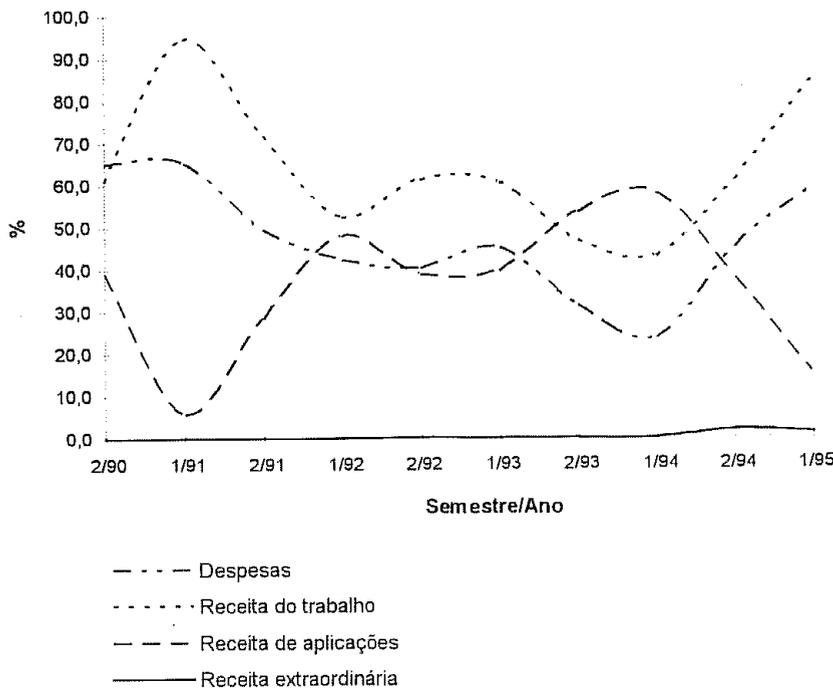
Especificação	2/90	1/91	2/91	1/92	2/92	1/93	2/93	1/94	2/94	1/95
Receita do trabalho	60,7	94,4	71,8	52,3	61,0	60,5	46,7	42,8	60,5	84,1
Receita de aplicações	39,1	5,6	28,2	47,7	38,8	39,5	53,3	57,2	37,7	14,8
Receita extraordinária	0,2	-	-	-	0,2	-	-	-	1,8	1,1
Superavit	35,1	34,8	50,4	57,7	59,9	55,0	68,7	76,7	55,3	41,5

O gráfico mostra que a família, nos dez semestres, trabalhou sempre com “superavit” financeiro e disto resultaram reaplicações que incrementaram as receitas de investimentos a tal ponto que chegaram a ser maiores que as do trabalho, em 2/93 e 1/94. Há evidente tendência para redução, por parte das receitas de aplicações, com reflexos da mesma ordem nos investimentos, cuja fonte é o “superavit”.

As Receitas e o Superavit



Despesas e Receitas Comparadas



Este último gráfico define a tendência, no período sob exame, da gestão econômica da família tomada como amostra. As curvas das despesas e das receitas do trabalho caminham, mais ou menos, dentro da mesma direção. São “paralelas”. Os investimentos de capital têm, como principal fonte, as receitas de aplicações. Com o “Plano Real”, verifica-se notória queda nas receitas de aplicações, o que poderá resultar em desaquescimento, dos investimentos de capital. Exceto no 2/90, as receitas do trabalho têm cobrido as despesas com subsistência e manutenção, proporcionando, ainda, algum recurso para novos investimentos. O perfil da administração familiar parece estar sendo de equilíbrio: gastar de acordo com a renda do trabalho e poupar a sobra, para formar o “pé-de-meia” indispensável para vicissitudes do porvir.

Para que fosse possível o estudo sobre o comportamento econômico da família-amostra, necessitou-se da memória dos dados relativos à sua gestão financeira, no período. A análise destes dados mostrou o equilíbrio no desempenho financeiro familiar e traçou o roteiro básico para o orçamento do lar, para os próximos anos. Foi assinalado que, com a inflação sob controle e a queda dos rendimentos de capital, o programa de investimentos deverá sofrer um desaquecimento. O chefe de família, agora, sabe, tecnicamente, o porquê de estar gastando mais fatias de sua renda, para manter sua casa e que a era da receita de aplicações superior a do trabalho já está ultrapassada, pelo menos de conformidade com a política econômica atualmente em vigor.

A família pode planejar, mais conscientemente, seu programa de vida, inclusive conhecendo as tendências atuais de cada um dos centros de custos. Pode, então, planejar suas compras e seus modestos investimentos, sem que tenha que entrar no "vermelho". Não fosse a Contabilidade Familiar, mesmo estruturada de modo singelo como aqui apresentado, talvez não fosse possível o êxito do desempenho mostrado. Diferentemente, a família que não tem conhecimento de causa sobre os custos de sua subsistência e manutenção tende a assumir seu consumismo em compras a prestação, pagando juros mais altos que a inflação real, na ânsia de satisfazer suas necessidades, verdadeiras ou não, produto da moda ou da propaganda, sem ver que está se descapitalizando inutilmente.

Este trabalho não tem nada de novidade. Todo chefe de família ou toda dona de casa faz uma espécie de orçamento do lar, alocando suas despesas dentro da renda doméstica. O que procuro chamar a atenção, e não sei se vou atingir esse objetivo, é para a conscientização e racionalização que deve haver entre a renda familiar e seus gastos. Através dos centros-de-custo, busca-se precisar e identificar cada grupo de encargos e, com conhecimento de causa, praticar o orçamento doméstico com economia, priorizando as necessidades, evitando os desperdícios, racionalizando os gastos, educando, enfim, o modo de vida familiar. O orçamento doméstico, antes de ser um agente de controle e racionalização, é um fator de educação e prudência.

O planejamento familiar, como apresentado, permite a elaboração de planos de investimentos em bens de consumo e em bens duráveis, facilitando e melhorando a vida da família, e em investimentos, para não deixar ocioso o "superavit" porventura alcançado. Se, em situações difíceis, como períodos de doença, pagamento da casa própria, educação da criança miúda, o orçamento apontar para "déficits", o chefe da família terá tempo para administrá-lo, reduzindo despesas não prioritárias, aumentando a fonte de renda, enfim, não será surpreendido desprevenido:

Evidentemente, como todo planejamento, o orçamento familiar terá de ser acompanhado e retificado ou ajustado, face às realizações acontecidas. O trabalho não é fácil, exige paciência e perseverança. Mas, os frutos compensam. De uma maneira ou de outra, entendo que deveriam os chefes-de-família pensarem no assunto e não saírem por aí, a adquirem bens ou assumindo compromissos, tão somente porque a prestação dos encargos cabe no orçamento financeiro atual. Qualquer desalinhamento nesse orçamento (leia-se, rendimentos), irremediavelmente estarão em "déficit" as finanças domésticas.

Uma das funções, muito em voga hoje, da Contabilidade é informar os usuários da situação econômico-financeira das entidades. Porque, então, não usar da nossa ciência, para informar ao importante usuário endógeno das entidades domésticas, o chefe de família ou a dona de casa, sobre como andam as contas familiares e como vai de saúde o patrimônio doméstico?